

ARTIGOS LIVRES

**A EXTREMA DIREITA NO SÉCULO XXI: UMA TENTATIVA DE
CONCEITUALIZAÇÃO E UM OLHAR SOBRE O BOLSONARISMO****THE FAR-RIGHT IN THE 21ST CENTURY: AN ATTEMPT AT
CONCEPTUALIZATION AND A LOOK TO BOLSONARISM**Sergio Schargel Maia¹

Resumo

Se há um consenso entre cientistas sociais, é que a democracia enfrenta um processo de crise a nível global. As causas, motivos e efeitos variam de nação para nação, de acordo com as idiossincrasias, mas não se discorda sobre uma decadência generalizada. Neste cenário, cresce discussão sobre qual termo e conceito utilizar para explicar esta recessão democrática. A proposta deste artigo é pensar alguns conceitos, entre clássicos e novos, da ciência política como tentativa de compreender este fenômeno, com particular atenção para o bolsonarismo e suas peculiaridades, como a aproximação com o neoliberalismo/libertarianismo. Ciente da impossibilidade de contemplar por completo um movimento que se desenrola a nível internacional, a intenção é trabalhar com alguns elementos que se repetem.

Palavras-chave: Extrema direita; recessão democrática global; ideologia; fascismo; bolsonarismo.

Abstract

¹ Professor Substituto da Universidade Federal de São João del Rei. Doutorando, mestre em Letras pela PUC-Rio e mestre em Ciência Política pela Unirio. Especialista em Literatura Brasileira pela UERJ. Bacharel em Comunicação Social, Jornalismo (com semestre na Hanze University de Groningen, Países Baixos) e Comunicação Social, Publicidade e Propaganda, ambas pela PUC-Rio, bacharel em Letras pela Estácio de Sá. Venceu o Prêmio Abralic de melhor dissertação do biênio 2020-2021, que se transformou no livro "O fascismo infinito, no real e na ficção" (Bestiário, 2022/2023). E-mail: sergioschargel_maia@hotmail.com.

If there's a consensus among social scientists, it's that democracy is undergoing a crisis on a global scale. The causes, motives, and effects vary from nation to nation, according to their idiosyncrasies, but there's agreement about a widespread decline. In this scenario, there's a growing discussion about which term and concept to use to explain this democratic recession. This article aims to explore various concepts from political science, both classic and new, in an attempt to understand this phenomenon, with particular attention to Bolsonarism and its peculiarities, such as its connection to neoliberalism/libertarianism. Acknowledging the impossibility of fully encompassing a movement that unfolds on an international level, the intention is to work with recurring elements.

Keywords: Far-right; global democratic recession; ideology; fascism; bolsonarism

Sobre a fragilização democrática global

219

“As pessoas em volta dele não entendiam, recusavam-se a entender e acreditavam que tudo no mundo continuava igual” (Tolstói, 2013, p. 53).

A democracia, ao menos em seu formato liberal, está em retrocesso por todo o globo. As causas divergem na visão de analista para analista, mas o diagnóstico se repete entre marxistas, liberais e conservadores. Para começar, órgãos como V-dem e Freedom House identificam o início desse processo de fragilização já no início do século XXI, entre 2004 e 2006. Apesar de uma onda de otimismo com a Primavera Árabe e o crescimento das redes sociais, a recessão democrática já está em curso há quase 20 anos. Está certo que a eleição de Donald Trump foi corolário deste processo, mas não o iniciou.

É preciso chamar atenção, antes de começarmos, à pluralidade da concepção de democracia. Polissêmico por excelência, o conceito esbanja adjetivos e varia seu entendimento com frequência— o que, na prática, confirma os ideais hegelianos de que conceitos não são fenômenos herméticos, mas abertos para interpretações que se reconstróem através do tempo e do espaço (Ricoeur, 2015, p. 69). A noção de democracia para duas famosas medidoras da qualidade democrática pelo planeta, V-Dem e Freedom

House, por exemplo, é limitada ao seu entendimento liberal. Não é sem motivo que a principal corrente de leitura do V-Dem em seus relatórios anuais sobre a qualidade democrática seja o que chamam de “Liberal Democracy Index (LDI)”, ou “Índice de Democracia Liberal”, em tradução livre (V-Dem, 2023). Ainda assim, para o que interessa aqui, uma pluralidade de analistas e instituições, tangenciando todos os lados do espectro político-ideológico, concordam com a decadência democrática a nível global.

É comum a muitos dos pesquisadores do norte incorrerem ao mito excepcionalidade da democracia estadunidense — por si uma extensão do mito do excepcionalismo estadunidense. Mas alguns outros autores, como Jason Stanley (2018, p. 12) e Paxton (2007) deixam claro: se o fascismo não se consolidou nos EUA, como aconteceu na Itália e Alemanha, não foi predisposição democrática da população, mas por condições conjunturais que o barrou. Potenciais messias fascistas não faltaram ao longo da História estadunidense, de Charles Lindbergh (sobre o qual vale citar a ficção *Complô contra a América*, de Philip Roth, que pensa justamente o que aconteceria se Lindbergh tivesse se lançado à presidência) a Donald Trump. É sintomático, como lembra Stanley (2018, p. 13), que Trump tenha retomado o velho *slogan* dos nacionalistas da década de 1940: “*America first*”.

Steven Levitsky e Daniel Ziblitz (2018) pecam, assim como Yascha Mounk (2018), ao atribuir uma parcela da culpa da fragilização das democracias liberais ao crescimento da política identitária. Entrementes, para eles, a ascensão da multiculturalidade e multietnicidade na política, o crescimento de vozes desviantes e, assim, um crescimento da própria democracia na concepção dahlmiana de uma maior igualdade e competitividade, seria parcialmente responsável por destruí-la por dentro. Ao fazer isso, esses autores relegam a responsabilidade dos ataques à democracia não àqueles que estão, de fato, a atacando, mas àqueles que estão buscando uma forma de ampliá-la. É como se dissessem “se vocês não quisessem mais, não acabaríamos tendo menos”, ignorando que as camadas que são absorvidas por um movimento fascista não necessariamente precisam de um inimigo real, basta um imaginário. Da mesma forma que não há uma ameaça comunista no Brasil e ela é, ainda assim, utilizada como espantalho condicionante, não é necessário que exista de fato uma ameaça à hegemonia para que essas camadas sejam absorvidas pelo movimento, basta que elas sintam que seus privilégios estão, de alguma forma, ameaçados.

Falando em fascismo, por sinal, o conceito de fascismo tem se tornado objeto de amplo debate e difícil definição no âmbito das ciências sociais. Frequentemente, em busca de uma designação mais amena, são utilizados eufemismos, como o termo “populismo”. Nesse contexto, a academia tem sido palco de uma prolongada controvérsia conceitual, com diversos estudiosos se debruçando sobre a tarefa de conceituar o fascismo (c.f. Schargel, 2023).

Os sentimentos que inspiraram a maior invenção política do século XX, o fascismo, não desapareceram em menos de um século. Ainda mais quando políticos com ideologias herdeiras desse fascismo se empenham em negar o Holocausto. Os Le Pen, a Alternative für Deutschland, Viktor Orbán, o Parlamento Polonês, todos, em maior ou menor grau, já deram sua contribuição para relativizar o genocídio. Curiosamente, embora a Polônia negue de todas as formas e até considere passível de prisão quem apontar (Deutsche Welle, 2016), é praticamente consenso a cooperação dessas nações com o extermínio judaico. Além de, claro, Trump, “cujo secretário de imprensa negou que Hitler tivesse enviado pessoas para as câmaras de gás, e cujo principal conselheiro era uma das figuras mais proeminentes da notória direita antisemita norte-americana” (Bray, 2019, p. 26). Aliás, no primeiro mês após a eleição de Trump, foi notificado um aumento de 94% em crimes de ódio na cidade de Nova Iorque, mais da metade contra judeus (Bray, 2019, p. 44).

Dentre as elaborações conceituais existentes, merece destaque a proposição de Robert Paxton (1998), notável por sua abordagem abrangente. Paxton não apenas reconhece a pertinência de se empregar o conceito de fascismo para a compreensão de manifestações contemporâneas, rejeitando a crença em sua extinção após o término da Segunda Guerra Mundial, mas também o encara como um fenômeno, em maior ou menor medida, inerente às democracias modernas. Concepção esta que o enxerga como o lado menos visível, porém intrínseco, das democracias liberais de massa, uma espécie de sombra que se delineia quando surgem falhas nesse sistema. Ademais, é inegável que, ao longo do tempo, essas democracias desenvolveram mecanismos de proteção que, em certa medida, impedem o surgimento cotidiano de novos movimentos fascistas, embora, ocasionalmente, tais salvaguardas possam falhar, permitindo o ressurgimento do bacilo fascista.

O bolsonarismo, aproximações com o cenário global e particularidades

Antes de entrar em profundidade sobre o bolsonarismo, é preciso lançar mão de uma breve discussão sobre a noção de ideologia. Isto porque, como percebe Paul Ricoeur (2015, p. 17), a noção de ideologia é com frequência deslocada e aplicada sobre rivais políticos. Isto é, acusa-se rivais de atuarem de forma ideológica, ao mesmo tempo em que se recusa que também se seja ideológico. Como exemplo, vale lembrar as acusações recentes da extrema direita de que o ensino brasileiro seria ideológico, “doutrinador”, como aparece no programa de governo de 2018 de Bolsonaro, *Projeto fênix*.

Para Karl Marx (2002), ideologia se trata de uma espécie de filtro anticientífico que borra a interpretação do real. Para Cláudio Armando Couce de Menezes (2017), é uma forma de apreensão do real inerente a qualquer ser humano. Rocha (2021, p. 21) se coloca no segundo grupo, enxergando ideologias — e ideologias políticas, em particular — como “um conjunto de ideias, crenças, opiniões e valores” que se repetem em constante sobre o coletivo, sendo apropriadas como norte à aplicação de propostas como, por exemplo, políticas públicas. Ou seja, há uma relação intrínseca entre a ideologia política e a prática política, conforme a segunda absorve a primeira. Em suma, a interpretação do real como fundamento para sua modificação ou permanência.

Esse fenômeno, identificado por Ricoeur (2015, p. 23) como um limitante da interpretação de “ideologia”, é classificado como “paradoxo de Mannheim”. Um paradoxo que evidencia os limites e complexidades da interpretação marxiana sobre o conceito de ideologia (por mais que marxistas posteriores como Terry Eagleton e Antonio Gramsci tenham se afastado dessa concepção e a atualizado), já que entende o conceito como uma espécie de filtro anticientífico, distorção do factual. Afinal, se tudo é ideológico em algum nível, então a própria análise do conceito de ideologia também o é. Na prática, portanto, tal interpretação relativiza o conceito de ideologia, mas ao mesmo tempo o ressalta como visão do real que perpassa todos os indivíduos de formas diferentes.

No caso de ideologias políticas específicas, Camila Rocha (2023), baseada nas propostas de Michael Freeden, as pensa como divididas em dois grandes grupos majoritários: ideologias modulares e macro ideologias. Enquanto as segundas seriam árvores, as primeiras não passariam de galhos. O liberalismo, por exemplo, é uma macro ideologia, enquanto o libertarianismo, o ordoliberalismo, e outras variantes, são ideologias modulares. Contudo, como a própria Rocha (2023) lembra: prática política e teoria política são fenômenos distintos. Na prática, ideologias se contaminam, se

sobrepõem, em permanente relação autofágica. Por exemplo, embora em teoria as fronteiras entre conservadorismo e reacionarismo sejam claras, na prática da atuação política cotidiana essas fronteiras são borradas constantemente.

O clássico liberal britânico John Stuart Mill (2017) já percebia os perigos da liberdade irrestrita², ao descrever no livro *Sobre a liberdade* a necessidade de que ela seja limitada a partir de onde inicia a autonomia alheia. Em suma, liberdade máxima de um indivíduo sobre si, mas limitada quando afeta os demais. Um ponto essencial para permitir uma convivência em civilização, que os libertários contemporâneos ignoram e que os liberais clássicos entendiam: liberdade infinita assassina a própria liberdade. É, em suma, um retorno ao estado de natureza hobbesiano — de onde se depreende o porquê da necessidade de controle sobre discursos de ódio ou explicitamente autoritários. Ou, como dizia Mill (2017, p. 58), “mesmo as opiniões perdem a sua imunidade quando as circunstâncias em que se exprimem são tais que a sua expressão constitui um incitamento positivo a algum ato nocivo”.

Nesse sentido, há um segmento do bolsonarismo que é preciso discutir aqui, dado sua importância: os libertários. Quatro anos depois de sua publicação, e a despeito de um panorama político distinto, o livro do professor e jurista Rafael Valim, *Estado de exceção*, permanece relevante para compreender aquele que é um dos principais aspectos que o bolsonarismo (ainda que Bolsonaro nunca tenha sido liberal) absorveu: o libertarianismo econômico. Valim fornece um prognóstico de um processo que, embora já presente naquele ano, da qual a reforma trabalhista é o exemplo mais forte, se intensificaria com a chegada da “ala técnica” do Bolsonarista, dos liberais antiliberais que não hesitaram em encenar um Shakespeare político, encarnando a ideia de que o Diabo é capaz de citar as escrituras quando o convém. Liberais que, unidos pelo prefixo “neo”, descartaram todas as preocupações democráticas de um Mill, por exemplo, e sacralizam a liberdade econômica como um valor absoluto, sem qualquer preocupação, no processo, com a liberdade política.

Ainda que o golpe de 2016 tenha explicitado sinais de uma fragilização democrática no Brasil — sinais que já podiam ser encontrados no questionamento de

² É de conhecimento na ciência política a díade e a dificuldade de conciliar liberdade com igualdade, ao ponto de Norberto Bobbio (2011, p. 23) identificar neste ponto a diferença primordial entre esquerda e direita. Naturalmente, ambas as noções são sempre buscadas e defendidas por políticos dentro do escopo democrático. Todavia, em grande parte elas são antagônicas. Isso ilustra, na prática, o extremismo ao se tomar um deles como valor único em detrimento absoluto do outro.

Aécio Neves quanto à derrota nas eleições de 2014 ou mesmo em parcelas das manifestações do ano anterior —, a eleição de Jair Bolsonaro, no ano seguinte ao lançamento do livro, um candidato assumidamente antidemocrático, pode ser tratado como ponto de ruptura de que a democracia brasileira estava em um momento crítico. Um momento crítico que é intensificado com os ataques e ameaças, muitas das quais declaradas, que o presidente concede diariamente. Mas o que Valim mostra em seu livro, é que a semente do autoritarismo já estava sendo gestada muito antes, que o bolsonarismo é um sintoma, não uma causa. É importante que Valim, um ano antes do bolsonarismo, mas um ano depois do golpe, não tenha pudor em falar em autoritarismo. Afinal, os anseios antidemocráticos de um Bolsonaro não surgem do dia à noite, exigem um caldo de receptividade tanto por parte da população quanto das instituições.

O autor discute a origem e a noção do conceito de estado de exceção, imortalizado no famoso livro de Agamben, *Homo sacer*, e popularizado no período que se seguiu aos atentados de 11 de setembro. A exceção, entretanto, não é novidade: foi sempre um método utilizado em larga medida, como, por exemplo, durante a década de 90 na América Latina, uma forma de controlar crises, fossem elas econômicas, de segurança pública, política, ou de qualquer outra natureza. A diferença, todavia, conforme as ideias de Agamben, é que a ameaça do terrorismo trouxe consigo “uma modificação profunda de certos sistemas jurídicos diante de perigos duráveis” (Valim, 2017, p. 14). Em suma, a exceção deixa de se valer pelo termo, para se tornar o padrão. A tese de Valim é simples, ainda que não simplória: o neoliberalismo impõe um estado de exceção permanente. E, no caso brasileiro, essa exceção se dá em particular pela esfera jurídica, que não hesita em abrir mão da Constituição para atingir seus interesses. Em outras palavras, em um oximoro maquiavélico, promover uma corrupção visando combater a uma suposta outra corrupção. Publicado alguns anos antes dos vazamentos da Lava Jato, o texto se mostra quase preditivo.

Um problema é a má utilização do conceito de neoliberalismo. Por exemplo, alguns ensaios da obra de Heinrich Geiselberger, *A grande regressão*. Com heterogeneidade ideológica e política, os ensaios abordam a fragilização democrática e o surgimento de nacionalismos de extrema direita sob amplo aspecto teórico e analítico — alguns bem-sucedidos, outros nem tanto. Chama atenção a falta de profundidade teórica com que conceitos são tratados ao longo do livro por quase todos os ensaístas, em especial neoliberalismo e populismo. Ainda que se possa culpar o curto espaço dedicado

a cada autor, esses conceitos são empregados como significantes vazios, para retomar a definição de Ernesto Laclau em *On populist reason*, sem muita preocupação teórica.

Nesse bojo, Trump é tratado por Nancy Fraser como um populista reacionário em oposição ao establishment neoliberal progressista. Já em um ensaio de Paul Mason, Trump se torna a epítome do neoliberalismo. Mas muito pior recai sobre a noção de populismo, uma ideia que vem sendo excessivamente maltratada e empregada sem qualquer preocupação conceitual, com exceção do livro de Laclau, para classificar esses movimentos nacionalistas. Todos os ensaios usam ao menos um desses dois conceitos, mas nenhum se preocupa em trazer uma definição aproximada da forma utilizada, o que, considerando a polissemia de qualquer conceito de teoria política, é preocupante por não apenas esvaziá-lo, mas, tanto mais, oferecer uma gama ilimitada de absorção pelo leitor que pode fugir completamente da ideia pretendida. Usados sem discricção, neoliberalismo e populismo se tornam rótulos homogeneizantes a depender de quem o emissor do discurso deseja atacar. Assim, qual a diferença entre a forma com que esses conceitos aparecem nessa obra e a forma com que são utilizados como gritos de guerra na arena política do cotidiano?

O estado de exceção se tornou padrão, de acordo com Valim (2017, p. 18), porque o modelo democrático-liberal evidenciou sua incapacidade de se manter. Ao transcender a lei, e ao se transformar na nova lei, a exceção erode a democracia gradualmente, tornando a vontade popular irrelevante. Nesse sentido, a própria política se torna criminalizada, e crescem em voz os discursos — classicamente liberais — que defendem a economia como ciência exata e independente da política, de onde se entende o apreço dessa forma de liberalismo pela exceção (Valim, 2017, p. 19). Com o afastamento da população da política, está dado o ingrediente perfeito à proliferação de messias autoritários que exploram esse ressentimento crescente na população, como lembra Valim (2017, p. 20): “Este é o chamado mal-estar da democracia contemporânea. Uma democracia sem povo, a serviço do mercado, e que, ao menor sinal de insurgência contra a sua atual conformação, é tomada por medidas autoritárias”. Estão dados alguns dos ingredientes da fragilização democrática, que aparecem com ainda mais força no capítulo seguinte, conforme Valim (2017, p. 24) dedica mais atenção ao caso brasileiro em específico, no bojo do golpe de 2016 e da utilização de ferramentas explicitamente corruptas em prol de um suposto combate à corrupção, a começar pelo golpe institucional em si.

Uma das soluções propostas por Valim (2017, p. 31), seria retomar os preceitos daquilo que Mouffe (2003) chamou de democracia agonística, isto é, a compreensão da democracia como um campo de combate entre adversários que, ainda que disputem entre si, agem em consensos sobrepostos — concordância sobre a liberdade de expressão, de crença de associação e de que essas próprias liberdades devem ser limitadas para existir, por exemplo —, para utilizar a noção de Rawls (2000, p. 26), e se reconhecem como legítimos, não como monstros desumanizados a serem destruídos. Em outro ponto, o entendimento de que a economia deve servir às pessoas, e não o contrário (Valim, 2017, p. 31). Ou seja, a economia deve ser um meio de diminuir as desigualdades estruturais, ainda mais em um país como um Brasil, e não um fim em si.

O liberalismo é uma ideologia heterogênea e plural. São diversas correntes internas, em permanente disputa e tensão. Isso ficou explícito com o crescimento do bolsonarismo, entre os liberais que aderiram e os que o rejeitaram, como o *Livres*. Na prática, os liberais contra Bolsonaro estão mais alinhados a uma corrente do liberalismo clássico, enquanto os a favor estão mais ligados a um liberalismo apenas econômico, que o fazem defender o autoritarismo bolsonarista e suas inevitáveis contradições com o liberalismo clássico. Para isso, o bolsonarismo não hesita em lançar mão do mel da liberdade de expressão, tomando-a como sinônimo como liberdade absoluta — o que inclui, entre outros, liberdade de atacar a democracia e mesmo de destilar pautas nazifascistas. Os feios e contrapesos democráticos, cujo cerne é justamente impedir a liberdade absoluta e o estado de natureza que decorreria, são acusados de aparelhamento e censura. A impossibilidade da liberdade absoluta é argumento básico da teoria política clássica, já sinalizado por Montesquieu (*apud* Przeworski, 2020, p. 18) ao afirmar que “para que o abuso de poder seja impossível, é necessário que, pela disposição das coisas, o poder faça o poder parar”.

A análise das divisões internas do liberalismo oferece uma visão fascinante sobre a diversidade de perspectivas dentro dessa corrente ideológica. Uma das disputas mais notáveis é aquela entre os ordoliberais e os neoliberais de Hayek, que revela diferentes abordagens em relação ao papel do Estado na economia. Enquanto os ordoliberais defendiam uma intervenção estatal para promover o bom funcionamento do mercado, os neoliberais de Hayek advogavam pelo mínimo de intervenção possível, com o Estado atuando apenas para estabelecer regras e instituições que sustentam o livre mercado.

Essa distinção é crucial, pois demonstra nuances significativas dentro do liberalismo econômico. Enquanto os adeptos do *laissez-faire*, como Ludwig Von Mises, defendiam a completa separação entre Estado e mercado, os neoliberais de Hayek reconheciam um papel limitado, porém fundamental, para o Estado na garantia das condições ideais para o funcionamento do mercado.

Além disso, é importante destacar o libertarianismo e o anarcocapitalismo como correntes ainda mais radicais dentro do espectro liberal. Enquanto o libertarianismo coloca a liberdade como valor absoluto e central em todas as esferas da vida humana, o anarcocapitalismo vai além, defendendo a abolição total do Estado em favor de uma ordem social baseada na livre associação e no livre mercado.

Camila Rocha (2023) chama atenção para um processo de simplificação que o conceito de neoliberalismo sofre. Melhor, que ocorre sobre a própria noção de liberalismo em si. As diversas e polêmicas correntes internas são vistas como uníssono sob o rótulo de “neoliberalismo”, em um processo que apaga suas idiossincrasias. Os ordoliberais, por exemplo, são radicalmente distintos dos neoliberais. Na prática, o prefixo “neo” surgiu como uma forma de distanciamento do liberalismo do *laissez-faire* europeu, um entendimento que o mercado precisa, na prática, facilitar e favorecer o livre mercado, e não abandoná-lo à própria sorte (Rocha, 2023). Acabou caindo em certa infâmia após a experiência chilena, quando o conceito passou a ser utilizado como ofensa política, de forma semelhante ao que ocorreu com a ideia de fascismo.

Os liberais pró-Bolsonaro não são somente os mais ligados a correntes mais radicais, como o libertarianismo. Mesmo parcelas dos liberais clássicos foram absorvidos pelo antipetismo, enxergando no candidato da extrema direita um mal necessário. Algo que, longe de inédito, se repetiu em diversos momentos ao longo da história, como a adesão dos liberais italianos de Giovanni Giolitti ao Fascismo de Mussolini, ou mesmo a fusão entre conservadorismo e liberalismo com Margaret Thatcher. Como diz Camila Rocha (2023), “vários momentos históricos demonstraram essa tendência dos liberais no campo da direita de aderir a projetos conservadores ou mesmo reacionários”. Assim, mesmo que não fosse a escolha preferida de uma parte dos liberais, Bolsonaro acabou se colocando como a única alternativa possível ao petismo.

Essa insatisfação liberal com o ambiente político se exemplifica no caso de Giuliano Miotto, advogado liberal e autor do livro infantil *Anya*, uma releitura do clássico libertário *A revolta de Atlas* e parte da coleção *Turminha da liberdade*, ao afirmar que

“estes 56 milhões de pessoas que votaram no Bolsonaro não votaram necessariamente nele. Votaram por uma mudança, por uma nova forma de ver o Brasil” (Corrêa, 2019, p. 43). Bolsonaro talvez não fosse o nome preferido dessas pessoas, mas foi quem se colocou disponível. A fritura nos anos de crise e o impeachment de Dilma acabou por atingir toda a classe política, fomentando o sentimento de anti política que favoreceu o surgimento de um nome que quebrasse a hegemonia PT, PDSB e PMDB.

As intensidades do liberalismo variam conforme a sua corrente, portanto. De um lado, Ordoliberalistas pensam que o Estado deve intervir para corrigir as imperfeições do mercado, promovendo uma economia social de mercado. Do outro, no extremo, os anarcocapitalistas advogam pela ausência absoluta de Estado. É imprescindível também ressaltar que permanece válida a diferenciação entre liberalismo político e liberalismo econômico: tendências econômicas liberais não necessariamente se refletem em uma valorização da democracia liberal, como o bolsonarismo é prova viva. Mesmo que liberalismo e conservadorismo tenham surgido inicialmente como antagônicos, com o tempo passaram a dialogar.

Dentro dessas diversas correntes, Rocha (2023) notou um elemento que aparece com particular força sobre o Bolsonarismo: o individualismo possessivo. Conforme proposto por Crawford Brough Macpherson, mencionado pela autora, o *individualismo possessivo* é uma espécie de reinterpretação da ideia liberal do *self-made man*. Em português, a imagem do empreendedor que ascendeu sem apoio ou ajuda externa, mas por seus próprios méritos. Quando muito, essas pessoas crêem que suas conquistas vieram de deus, mas que nada devem ao Estado ou à sociedade, no limite sendo os únicos responsáveis. O individualismo possessivo é

Uma operação ideológica que facilita com que as pessoas passem a aderir, ou ao menos a não se colocar contra o avanço dessa lógica de mercado. As pessoas, por exemplo, olham para as grandes corporações, e falam “o presidente é que nem eu, ele não quer pagar imposto, ele conquistou aquilo por esforço próprio”. É muito fácil fazer equalização, que é a mesma equalização que aconteceu nos EUA, em que os pequenos proprietários rurais passaram a se projetar nos grandes, imaginando-os como iguais. É uma operação ideológica que facilita a identificação. Ninguém vê problema em existir bilionários no mundo, as pessoas acham isso normal, certo, ou que cada vez mais tenham corporações maiores. No limite, a pessoa pensa “poderia ser eu, ele não deve nada à sociedade”. Esse é o ponto: perceber as pessoas como desenraizadas da sociedade e sem nenhum tipo de dever, moral ou político, com relação à sociedade em que você está (Rocha, 2023).

Para além do liberalismo, outro elemento típico do bolsonarismo é o seu masculinismo. O masculinismo de Bolsonaro faz com que frequentemente ele busque se afastar de identidades estereotipadas com fragilidade, como o feminino ou o homossexual, visando reforçar o estigma autoritário de *homem forte* ou *messias*. Em diversas ocasiões, ele recorreu a piadas que envolvem elementos clichês ligados a esses grupos, como a cor rosa. Durante a campanha, por exemplo, na qual usava uma camisa rosa para conscientização do câncer de mama, afirmou que era homem, independentemente da cor. Em outra ocasião, Bolsonaro perguntou a Trump, que usava uma gravata rosa, se onde ele comprou não tinha “para homem”, deixando o presidente estadunidense sem compreender a piada.

Embora possam parecer menores, essas ações não estão isoladas nem são praticadas apenas por Bolsonaro. O vínculo masculinista e a rejeição do feminino são traços que acompanham líderes autoritários de diversas matizes. Com frequência, inclusive, os inimigos objetivos são interpretados como responsáveis por disseminar uma suposta feminilização social, e o resgate do passado patriarcal visa acabar com o que é visto como um obstáculo. Mussolini, por exemplo, em seu *Discurso de Nápoles*, reforçava que os problemas da Itália seriam resolvidos por um homem forte capaz de dizer não, em lugar de mulheres histéricas (Menezes, 2022). O autoritarismo e o ataque aos inimigos criam a narrativa de personalidades políticas majoritariamente masculinas que se opõem a características consideradas frágeis ou inadequadas para um líder.

Explicitamente autoritário, o ex-presidente já demonstrou em diversas ocasiões o seu desejo de fechar os demais poderes, especialmente o Judiciário, e aparelhar as instituições. No entanto, ele paradoxalmente utiliza o conceito de liberdade para justificar suas ações. Tanto em seu programa de governo, denominado *Projeto fênix*, quanto em discursos como o de 7 de setembro de 2021 e a abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas em 2019, Bolsonaro mantém uma retórica constante que idolatra a liberdade como um valor supremo, relegando outros valores a um segundo plano.

Sua defesa da ditadura é o maior exemplo deste ponto. Em sua visão, as Forças Armadas se colocam contra o comunismo e suas diversas vertentes: “nacional-socialismo, marxismo-leninismo, marxismo-gramscismo”. Como uma espécie de violência justificada, Bolsonaro identifica as Forças Armadas como garantia contra a barbárie; é preciso, portanto, a barbárie do real para impedir a barbárie do possível. Lembra Mussolini (2006, p. 247), quando este chega a defender uma “democracia autoritária” em

sua doutrina. Para isso, não hesitou em bradar contra os moinhos de vento da “doutrinação ideológica nas escolas”, aplicando ele próprio uma “doutrinação ideológica” na intenção de “libertar mentes escravas das ideias de dominação socialista” e disseminar a noção de empreendedorismo (Calejon; Vizoni, 2019, p. 149).

O anticomunismo, inclusive, desempenha um papel fundamental para os bolsonaristas — e não apenas para o Messias. Mais de uma vez durante a pandemia, os correligionários de Bolsonaro diminuíram a pandemia da COVID-19 frente a um suposto vírus do “comunismo internacional”. Abraham Weintraub, ex-Ministro da Educação, chegou a dizer, na Cúpula Conservadora das Américas, que “o socialista é a AIDS e o comunista é a doença oportunista” (Calejon; Vizoni, 2019, p. 152).

Ainda que flerte e tenha falado abertamente em ruptura no discurso de 7 de setembro de 2021, Bolsonaro acusa os governadores de mostrarem à população, através de incentivos ao distanciamento social e a procura por vacinas, o que é uma ditadura. Na prática, bem como o foi na ditadura, esse formato de discurso legitima o seu próprio autoritarismo, que recebe uma maquiagem de autodefesa. Afinal, é um autoritarismo para evitar o autoritarismo dos demais. O estilo autoritário não falha em encontrar eco na retórica belicista, como mais uma vez tanto Weintraub quanto Carvalho afirmaram que o diálogo é nocivo, e a única forma de tratar os “comunistas” é com o xingamento (Calejon; Vizoni, 2019, p. 152). Não é coincidência que Bolsonaro tenha ecoado até Luís XIV, ao afirmar “eu sou a constituição” (Folha de S.Paulo, 2020).

Considerações finais

A utilização da política para minar a própria política, junto com os questionamentos democráticos que ascenderam quando Aécio se recusou a aceitar o resultado das eleições de 2014, fez com que reacendesse a chama da cultura política autoritária. O autoritarismo brasileiro não é exclusivo da Ditadura Militar, ou mesmo do bolsonarismo, mas um fenômeno cíclico que reaparece conforme o sinal dos tempos. Com a fragilização do *establishment* político e a sensação de distância sobre os representantes, os eleitores começaram a buscar alternativas. E o autoritarismo passou a ser uma delas. Leonardo Avritzer (2019, p. 62) cita, por exemplo, uma pesquisa que mostrou que mais da metade da amostra aceitaria a diminuição ou a completa extinção da democracia caso isso impactasse no combate à corrupção ou em melhoria da segurança pública.

A referida tradição autoritária brasileira, o pêndulo democrático do título de Avritzer, encontra respaldo na análise histórica. No que se mantém constante durante toda a Nova República até as eleições de 2014, a satisfação com a democracia como método de governo atingiu seu mais alto índice em 2010, com 44% da população aprovando. Menos de uma década depois, este número caiu para além da metade: 19% em 2018 (Avritzer, 2019, p. 142-143). Se a ascensão econômica do início do século XXI pode ser pensada como grande responsável por esse apoio, a crise (não só econômica, mas também política) da última década gerou o efeito contrário.

Dados do Latinobarómetro de 2018 revelaram que o apoio à democracia no Brasil é um dos menores de toda a América Latina: apenas 34% da população endossa a democracia como preferível a qualquer outra forma de governo. O país estava na frente apenas de Honduras, Guatemala e El Salvador, abaixo da média de 48%. Tão ou mais revelador: 41% dos brasileiros são indiferentes ao tipo de regime, e 14% acreditam que o autoritarismo pode ser preferível à democracia. É provável que tamanha indiferença e rejeição alimentem em simbiose o sentimento de antipolítica que favorece candidatos autoritários às margens do *establishment* político, como foi com Bolsonaro. Em suma, a antipolítica, isto é, a rejeição e oposição à política, a crença em sua irrelevância e mesmo a sua criminalização, permite a ascensão do messianismo.

Esses dados se tornam ainda mais reveladores quando aliados a de outras pesquisas semelhantes. Para se ter ideia da potência do imaginário sobre o comunismo no Brasil: 44% dos entrevistados pelo Datafolha em uma pesquisa de dezembro de 2021 creem que o Brasil poderia se tornar uma nação comunista. Quase metade do país acredita que os resultados das eleições de 2022 poderiam determinar se o Brasil implantaria um regime comunista ou não (Gaglioni, 2022). Como temos argumentado aqui, tamanho imaginário não surge da noite para o dia, mas é construído em lento processo. No caso brasileiro, a paranoia sobre o comunismo nunca desapareceu por completo, se readaptando conforme o tempo, mas manifestando um anacronismo no contemporâneo. A taxa de 44% se aproxima do percentual de votos válidos recebidos por Jair Bolsonaro nas eleições de 2022, o que nos leva a considerar a hipótese de que, para além do próprio Bolsonaro, seus eleitores possuem maior tendência a acatar a narrativa paranoica sobre o comunismo.

Por fim, para encerrar, uma parábola com a ficção. O medo e o ressentimento, características associadas, são materiais úteis para os messias populistas e/ou fascistas imporem a dominação carismática para a sua seita. O romance de Timur Vermes, *Ele está*

de volta, traz Hitler literalmente de volta aos vivos. Ainda que seja o mesmo, ainda que nada tenha mudado em si, a população, o *establishment* político, a mídia, todos o interpretam por comediante. Embora seus discursos anacrônicos sejam idênticos a 1933, ninguém acredita que aquele seja de fato Hitler. O livro termina com Hitler recebendo convites de vários partidos e afirmando que é possível trabalhar novamente com “aquele material”: o medo e o ressentimento da população.

Referências bibliográficas

AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOLSONARO, Jair. *Projeto Fênix*. Disponível: <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2021.

BRAY, Mark. *Antifa: o manual antifascista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

CALEJON, Cesar; VIZONI, Adriano. *A ascensão do bolsonarismo no Brasil do século XXI*. São Paulo: Lura Editorial, 2019.

CORRÊA, Marcello. Só para liberaizinhos. *Revista Época*, n. 1089, 20 mai. 2019.

DEUTSCHE WELLE. Polônia torna crime falar em campo de concentração “polonês”. 17 ago. 2016. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/pol%C3%B4nia-torna-crime-falar-em-campo-de-concentra%C3%A7%C3%A3o-polon%C3%AAs/a-19480711>. Acesso em: 06 mai. 2021.

Folha de S.Paulo. Eu sou a Constituição, diz Bolsonaro ao defender democracia e liberdade um dia após ato pró-golpe militar. São Paulo, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/democracia-e-liberdade-acima-de-tudo-diz-bolsonaro-apos-participar-de-ato-pro-golpe.shtml>. Acesso em: 04 ago. 2023.

GAGLIONI, Cesar. A onda de influenciadores comunistas nas redes. *Nexo*, 03 set. 2022. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/09/03/A-onda-de-influenciadores-comunistas-nas-redes?utm_medium=Email&utm_campaign=NLDurmaComEssa&utm_source=nexoassinantes. Acesso em: 10 nov. 2022.

GEISELBERGER, Heinrich (org.). *A grande regressão*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

LACLAU, Ernesto. *On populist reason*. Londres: Verso, 2005.

LATINOBARÓMETRO. *Latinobarómetro 2018: banco de dados*. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>. Acesso em: 12 mai. 2021.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MENEZES, Cláudio Armando Couce de. *Direito e trabalho: análise das reformas trabalhistas*. São Paulo: LTr, 2017.

MENEZES, Sergio Schargel Maia de. *Pode o conceito de fascismo ser aplicado ao Brasil? Uma análise sobre materiais discursivos do Fascismo, Integralismo e bolsonarismo em seus diversos ciclos e estágios*. 2022. 345 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, 2022.

MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade / A sujeição das mulheres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Política & Sociedade*, n.03, 2003.

233

MOUNK, Yascha. *El pueblo contra la democracia: por qué nuestra libertad está en peligro y cómo salvarla*. Espasa Libros: Barcelona, 2018.

MUSSOLINI, Benito. *My autobiography: with "The political and social doctrine of Fascism"*. New York: Dover Publications, 2006.

PAXTON, Robert. *A anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RAWLS, John. *O liberalismo político*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

RICOEUR, Paul. *A ideologia e a utopia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ROCHA, Camila. *Entrevista não publicada*. 2023.

ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021.

ROTH, Philip. *Complô contra a América*. Trad. Paulo Henriques Britto. 1 ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2015.

RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: L&PM, 2018.

TOLSTÓI, Leon Nikolaievitch. *A morte de Ivan Ilitch*. Trad. Vera Karam. Porto Alegre: L&PM, 2013.

V-DEM INSTITUTE. *Democracy report 2023: defiance in the face of autocratization*. Disponível em: https://www.v-dem.net/documents/29/V-dem_democracyreport2023_lowres.pdf. Acesso em: 20 mai. 2023.

VALIM, Rafael. *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

VERMES, Timur. *Ele está de volta*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.